

Afinal nem secretaria de Estado

LEI ORGÂNICA Dependente da Presidência do Conselho de Ministros, cultura terá apenas Gabinete de Secretário de Estado neste Executivo

O novo modelo dos organismos tutelados pelo extinto Ministério da Cultura foi ontem publicado em *Diário da República*, oficializando a dependência directa desta área da Presidência do Conselho de Ministros (PCM).

Este é o primeiro passo da reestruturação anunciada pelo secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas (*na foto*), a 22 de Setembro, que prevê a poupança de 2,6 milhões de euros e a redução do número de cargos dirigentes de 191 para 122 e de organismos da Cultura de 16 para 11 e. "Até ao final do primeiro trimestre de 2012 o processo deverá estar concluído", afirmou ao DN o adjunto para a Comunicação da Cultura, João Villalobos.

Para Luís Raposo, presidente do comissão nacional do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a maior surpresa é o facto de ter deixado de existir uma Secretaria de Estado. "É a menorização da Cultura como nunca antes aconteceu", defende. Opinião semelhante expressou ao DN a deputada socialista Inês de Medeiros que vê no facto de haver apenas um gabinete de secretário de Estado "mais um ataque a toda e qualquer inteligência". "Na decisão inicial de criar uma secretaria de Estado já estava implícita a vontade de minimizar todo o sector da Cultura. O que nunca pensei foi que chegasse a este ponto", afirmou.

João Villalobos desvalorizou esta questão: "Desde o início que não teve qualquer sentido a discussão entre Ministério ou Secretaria de Estado. Ficando dependente da Presidência do Conselho de Minis-

tros, nunca poderia existir uma Secretaria de Estado", explicou.

Ciente de que haveria apenas um gabinete de secretário de Estado, face à dependência da PCM e não de um ministério, Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, não deixa de manter as críticas já antes apontadas à reestruturação anunciada por Viegas em Setembro: "Confirma-se a perda de autonomia dos organismos da Cultura, agora agrupados em grandes direcções que normalmente têm uma tutela política muito marcada." A deputada bloquista diz também que não compreende a junção da Cinemateca com os teatros nacionais no Agrupamento Complementar de Empresas que vai ser criado. Já Luís Raposo lamenta "a manutenção das direcções regionais da Cultura, ao contrário do que aconteceu no Ministério da Educação". M.M.

